



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

PROVA DIREITO - TCE

1 - Considerando os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) Nas empresas de mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- b) É reconhecida a instituição do júri, assegurada a competência para o julgamento dos crimes dolosos e culposos contra a vida.
- c) A prisão ilegal será imediatamente revogada pela autoridade judiciária.
- d) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato a reeleição.
- e) Ninguém poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo os casos previstos na legislação ordinária.

2 – Considerando os princípios que regem a Administração Pública brasileira podemos afirmar, EXCETO:

- a) Constituem princípios explícitos aplicáveis à Administração Pública, os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) Para resguardar a segurança do Estado e da sociedade o sigilo poderá ser aplicado sem ferir o princípio da publicidade.
- c) O princípio da eficiência autoriza a atuação do agente público em desacordo com a previsão legal quando for possível comprovar que serão alcançados resultados melhores e mais econômicos na prestação do serviço público.
- d) A Constituição de 1988 e suas alterações posteriores mencionam explicitamente cinco princípios. Há, contudo, doutrinadores que extraem outros princípios do texto constitucional como um todo. Estes são denominados de princípios implícitos.
- e) Os princípios da Administração Pública aplicam-se a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

3 - Considerando os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) O texto constitucional atribui expressamente ao Ministério Público legitimidade para a impetração de mandado de segurança coletivo.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

- b) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, mesmo que já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- c) e) São direitos sociais expressamente previstos na Constituição Federal o transporte, o lazer, a segurança, a seguridade social, a proteção à velhice e a assistência aos desamparados.
- d) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana, sendo vedado o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.
- e) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, em qualquer hipótese, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

4 – Considerando os direitos e garantias fundamentais, segundo o ordenamento constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Para fins de reconhecimento da nacionalidade brasileira, a Constituição Federal considera tanto o ius solis quanto o ius sanguinis.
- b) A idade mínima de trinta e cinco anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal é uma das condições de elegibilidade previstas na Constituição Federal.
- c) É a todos assegurado, mediante o pagamento das respectivas taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- d) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político, ainda que sem representação no Congresso Nacional.
- e) Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

5 - Toda e qualquer atividade administrativa só é lícita se autorizada por lei". Essa é a essência do princípio administrativo da:

- a) humanidade.
b) legalidade.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

- c) eficiência.
- d) publicidade.
- e) isonomia.

6 – Marque os princípios constitucionais da Administração Pública, expressamente previstos na Constituição Federal de 1988:

- a) eficiência, legalidade, moralidade, transparência e impessoalidade.
- b) lealdade, liberdade, legalidade, igualdade e fraternidade.
- c) legitimidade, probidade, moralidade, eficiência e transparência.
- d) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- e) legalidade, legitimidade, transparência, eficiência e moralidade.

7 - Compete ao TCE-CE decidir sobre denúncia encaminhada exclusivamente por

- a) cidadão maior de 21 anos, partido político, associação ou sindicato.
- b) cidadão ou partido político.
- c) cidadão maior de 21 anos ou partido político.
- d) cidadão maior de 21 anos, partido político ou associação.
- e) cidadão, partido político, associação ou sindicato.

8 – Considere a criação de uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado, com incentivo e fiscalização pelo Poder Público, mediante contrato de gestão. Podemos afirmar que, a pessoa jurídica se constituiu com a seguinte forma no terceiro setor:

- a) agência executiva
- b) organização social
- c) organização da sociedade civil de interesse público
- d) serviço social autônomo
- e) entidade de apoio

9 - Acerca das “entidades qualificadas como organizações sociais” É INCORRETO afirmar:

- a) não podem ostentar fins lucrativos.
- b) integram a Administração Indireta.
- c) a titularidade do serviço público não é a elas transferida.
- d) são pessoas jurídicas de direito privado.
- e) são declaradas como entidades de interesse social, para todos os efeitos legais

10 – Considerando o Controle da Execução Orçamentária, de acordo com o Art. 76 da Lei nº 4.320/1964 no que tange o controle interno, assinale a alternativa correta.

- a) Ao órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária ou a outro indicado na legislação, caberá o controle da fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos.
- b) Compete aos serviços de contabilidade ou órgãos equivalentes verificar a exata



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

observância dos limites das cotas bimestrais atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for instituído para esse fim.

c) O Poder Executivo exercerá os três tipos de controle a que se refere o artigo 75, desde que não seja conflitante com as atribuições do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

d) A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será concomitante ou subsequente.

e) Compete aos serviços de contabilidade ou órgãos equivalentes verificar a exata observância dos limites das cotas trimestrais atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for instituído para esse fim.

QUESTAO SUBJETIVA DISSERTATIVA

A Constituição Federal inclui entre as garantias individuais o direito de petição, o habeas corpus, o mandado de segurança, o mandado de injunção, o habeas data, a ação popular. O HABEAS DATA, visa proteger o direito de acesso ou retificação de informações pessoais constantes de bancos de dados governamentais, ou de acesso público. Trata-se de uma ação constitucional de caráter civil e isenta de custas. Fundamente juridicamente se há necessidade da condição de brasileiro nato para a impetração de habeas data.

